

SER GESTANTE NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA: ENTRE A FORMAÇÃO E O DIREITO AO CUIDADO

Internato e Residência; Gestação; Equidade de Gênero

Introdução

A residência multiprofissional em saúde constitui uma estratégia prioritária para a formação de profissionais comprometidos com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), caracterizando-se pela formação em serviço, dedicação exclusiva e elevada carga horária. Embora contribua significativamente para a qualificação profissional, esse modelo pode apresentar desafios quando vivenciado concomitantemente à gestação, período que demanda acompanhamento contínuo e condições adequadas para promoção da saúde materna. A maternidade, nesse contexto, evidencia tensões entre as exigências da formação e o direito ao cuidado, especialmente quando as necessidades específicas das residentes gestantes não são plenamente contempladas pelas dinâmicas institucionais. Nesse cenário, emerge a seguinte problemática: como formar profissionais comprometidos com o cuidado integral e humanizado no SUS quando as necessidades de cuidado das próprias residentes gestantes encontram barreiras para serem reconhecidas e acolhidas? Considerando a relevância da discussão sobre condições de trabalho, direitos dos residentes e equidade de gênero na formação em saúde, este trabalho objetiva relatar a experiência de uma residente gestante e refletir sobre os desafios encontrados na conciliação entre formação profissional e cuidado materno.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e reflexiva, elaborado a partir da vivência de uma residente multiprofissional em Saúde da Família durante o período gestacional. A análise considerou situações relacionadas ao acompanhamento pré-natal, às condições dos cenários de prática e às repercussões físicas e emocionais da gestação associadas às exigências da formação em serviço. Por se tratar de relato baseado na experiência da autora, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados / Discussão

A experiência revelou desafios relacionados à efetivação do cuidado à saúde da residente gestante durante a formação. A necessidade de reposição integral das horas destinadas às consultas e exames pré-natais gerou preocupação constante quanto ao cumprimento da carga horária obrigatória, repercutindo em desgaste físico e emocional. Também foram identificadas limitações estruturais nos cenários de prática, incluindo ambientes sem ventilação natural ou climatização adequada, favorecendo desconforto térmico, fadiga e episódios de desidratação. Destaca-se que a residente permaneceu em atividade até os últimos dias da gestação, participando regularmente das atividades na sexta-feira anterior ao nascimento de sua filha, ocorrido no domingo. Essa permanência esteve relacionada ao receio do acúmulo de carga horária decorrente de possíveis afastamentos, evidenciando como as exigências institucionais podem influenciar decisões relacionadas ao autocuidado durante a gestação. O relato evidencia tensões entre as demandas institucionais da residência e a garantia do direito ao cuidado, apontando para a necessidade de fortalecimento de estratégias de acolhimento às residentes gestantes e da ampliação do debate sobre maternidade nas políticas de formação em saúde.

Considerações Finais

A experiência relatada demonstra que a gestação durante a residência multiprofissional pode ser atravessada por desafios institucionais, estruturais e organizacionais que impactam o bem-estar materno, o processo formativo e o direito ao cuidado. Os achados reforçam a necessidade de ampliar o debate sobre maternidade, condições de trabalho e equidade de gênero nas residências em saúde, subsidiando a construção de políticas formativas mais inclusivas, humanizadas e coerentes com os princípios do SUS.

Referência Bibliográfica

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE. Resolução CNRMS nº 2, de 13 de abril de 2012. Dispõe sobre Diretrizes Gerais para os Programas de Residência Multiprofissional e em Profissional de Saúde. Diário Oficial da União, 2012. BRASIL. DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Editora MS, 2004.